

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) DIRETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE MATERIAIS
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – ESTADO DE SP

Ref.: Processo nº 010/2018

PREGAO PRESENCIAL nº 02/2018

Licitação nº 340666

Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos - TIOP
RG 42.187.955-3

18/6
04/09/2018

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA., com matriz sediada à Avenida 62-A, nº 419 – Jardim América, na cidade de Rio Claro – S.P., inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178 / 0001 – 49, com Inscrição Estadual nº 587.101.582.112; e filiais: a) inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0002-20, com Inscrição Estadual nº 062.996.580.0021, estabelecida à Rua Paulo Costa nº 320 – Galpão 09, 10 e 11, Distrito Industrial – Jd. Piemont Sul, na cidade de Betim – MG; e b) inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0004-91, com Inscrição Estadual nº 395.060.142.110, estabelecida na Praça Emilio Marconato, 1000, Galpão G22 – Jaguariúna Park Industrial, Jaguariúna – SP, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, por seu procurador que esta subscreve **REQUERER** o **Realinhamento de Preço** com supedâneo no artigo 65, II, alínea "d" e § 5º e 6º da Lei nº 8.666/93 e Cláusula do Instrumento convocatório, fazendo-se pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

Essa Empresa veio a participar do Procedimento Licitatório supracitado, sagrando-se vencedora para o fornecimento de vários itens, dentre eles, o "Item 0040 - (Princ.Ativo) CLORPROMAZINA 25MG, CLORIDRATO / LONGACTIL 25MG CX C/20BLT X 10CPR".

Informamos, para os devidos fins que o "Item 0040 - (Princ.Ativo) CLORPROMAZINA 25MG, CLORIDRATO / LONGACTIL 25MG CX C/20BLT X 10CPR" cotado quando da realização do certame atualmente encontra-se com seu preço totalmente inexequível, impossibilitando o fornecimento do mesmo nos moldes ofertados.

Referido produto vem sofrendo forte elevação conforme comprovamos com as Notas Fiscais de compra do produto, sendo certo que, o aumento se deu devido a disparada do dólar, sendo que, o produto utiliza insumos importados tendo seu custo aumentado, o qual, foi transferindo pelo produtor a distribuidora.

Ademais, não podemos deixar de registrar, que devido ao atual cenário econômico, onde nossa economia interna encontra-se totalmente descontrolada, tendo em vista as incertezas políticas e econômicas, os custos dos produtos tiveram aumento em suas cadeias produtivas, prejudicando o consumidor final.

Assim, serve o presente para informar que será necessário à aplicação do reajuste econômico financeiro, para que possamos cumprir com a entrega do quantitativo relativo ao saldo remanescente, ou seja, **242.000 (Duzentos e Quarenta e Dois Mil) COMPRIMIDOS.**

Conforme documentos que ora apresentamos, referido produto fora adquirido por essa Empresa em data de 30/07/2018 a um custo de R\$ 0,1950 (Cento e Noventa e Cinco Milésimos) à unidade.

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

Avenida 62A, 419 – Jardim América – Fone (19) 3522-5800 – (19) 3522-5801/5802 – vendas@rioclarensense.com.br
CEP: 13506-056 – Rio Claro – SP – CNPJ Nº 67.729.178/0001-49 – INSCRI. EST. Nº 587.101.582.112

Praça Emilio Marconato, 1000 – Galpão 22 e 27, Park Industrial – vendas@rioclarensense.com.br
CEP: 13.820-000 – Jaguariúna – SP – Fone (19) 3522-5800 – CNPJ Nº 67.729.178/0002-20 e INSCRI. EST. Nº 062.996.580.0021

Rua Paulo Costa, 140 – Dist. Industrial – Jd. Piemont Sul – Fone (31) 3409-4300 – Fax: (31) 3409-4302/4303 – rioclarenses@mg.rioclarensense.com.br
CEP: 32.669-712 – Betim – MG – CNPJ Nº 67.729.178/0004-91 – INSCRI. EST. Nº 062.996.580.0021

1817
6

Desta forma, será necessário a aplicação do reequilíbrio econômico financeiro nos seguintes moldes:

- Preço de venda registrado no processo licitatório:

R\$ 0,1600 à unidade

- Preço de compra estimado em 30/07/2018:

R\$ 0,1950 à unidade

- Preço de venda ATUALMENTE praticado:

R\$ 0,2200 à unidade

O supracitado valor do produto, pode ser constatado com os valores atualmente praticado junto ao nosso Território Nacional, demonstrando que realmente o preço adjudicado atualmente encontra-se defasado.

Sendo assim, essa Empresa não terá como fornecer o produto nos moldes ofertados junto ao certame licitatório, sob pena de subfaturamento, podendo incorrer em crime fiscal e/ou tributário, pois estará comercializando um produto a preço inferior ao de custo.

Assim sendo, considerando a essencialidade do medicamento para a regular distribuição aos pacientes e visando prevenir a ocorrência de prejuízos a essa ilustre Secretaria, decorrente da falta deste produto, concluímos que a alternativa mais consentânea com o caso em tela consiste no Deferimento do Realinhamento do Preço, pois devido ao aumento do produto, somos obrigados a informar e comprovar a referida ocorrência, a qual ocorreu-se a oneração excessiva com a quebra do equilíbrio econômico.

Deste modo, não podemos ser compelidos a fornecer produto com preço extremamente abaixo do atual praticado, sendo passível de sérias penalizações devido a prática de Dumping caracterizada pelo Subfaturamento.

Podemos atentar aos artigos 40, inciso XI e 55, inciso III da Lei nº 8.666/93, onde está autorizado a existência de critério de reajuste para os contratos administrativos, sendo uma obrigatoriedade nas cláusulas editalícias.

O preço de venda do produto acima listado atualmente é superior ao cotado, sendo mister o Deferimento do Reequilíbrio Econômico Financeiro para todo o quantitativo remanescente de **242.000 COMPRIMIDOS** no processo licitatório, pois caso contrário não será possível o faturamento, operando-se a oneração excessiva com a quebra do equilíbrio econômico, sendo mister seu Reequilíbrio.

Nesse contexto, lamentamos os transtornos ocorridos, informando que em momento algum houve descaso quando da cotação do produto, e sim, uma alteração mercadológica devido ao tempo transcorrido desde sua elaboração, onde neste período nossa economia passou por mudanças, pois somos sabedores da essencialidade que os medicamentos representam à Saúde Pública.

Ademais, insta salientar que, como é do conhecimento de Vossa Senhoria, essa Empresa é apenas uma distribuidora de medicamentos que necessita exclusivamente dos Laboratórios Fabricantes para operacionalizar seus negócios comerciais, sendo inevitavelmente atingida pelos percalços enfrentados por estes.

Demonstrado ficou que somente poderemos realizar o fornecimento do quantitativo adjudicado, caso seja Deferida o Realinhamento do Preço, pois referido produto atualmente encontra-se com um valor de comercialização superior ao outrora adjudicado no processo licitatório, onde a intenção dessa Empresa não é o de insistir em um Pedido de Cancelamento de todo o saldo, haja vista, a necessidade do mesmo para esta Ilustre Secretaria.

Neste contexto, resta clamar ao Princípio da Razoabilidade e da Proporcionalidade que deve existir nas condutas da Administração Pública, aplicando a teoria de que a atuação administrativa deve ser racional e afeiçãoada ao senso comum das pessoas, evitando atos desarrazoados, incoerentes ou praticados com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência e sensatez.

No caso em tela, verifica-se que ocorreu uma alteração mercadológica, onde a instabilidade econômica fez o preço do produto aumentar, estando o valor adjudicado atualmente inexecutável, sendo que, a obrigação da entrega do quantitativo total resultará um desequilíbrio econômico, pois a relação pactuada inicialmente, tornar-se-á excessivamente onerosa, portanto, se justifica o pedido de Realinhamento de Preço com a recomposição do Contrato Administrativo de Fornecimento, evitando a desproporcionalidade e desigualdade entre as partes.

Por derradeiro, nos termos da Lei de Licitações assim está prelecionado:
"Artigo 65 - Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual. (Alínea com a redação dada pela Lei nº 8.883, de 08.06.94).

Parágrafo quinto - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo sexto - Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial".

Em nenhum momento esta Empresa pretendeu prejudicar este Cliente, pelo contrário, veio tempestivamente apresentar as informações formais que obteve junto ao Laboratório Fabricante, visando uma publicidade plena dos acontecimentos.

Por outro lado, como todos sabem, é inviável ter um estoque muito volumoso, onde devido aos prazos de validade dos produtos, somos obrigados a constantemente renová-los, sendo certo que, nas licitações públicas os órgãos exigem prazos mínimos de validade para os fornecimentos, recusando produtos com validade curta, onde não conseguimos repor com celeridade nosso estoque.

Cumpre-nos destacar que não obstante a estrita observância à vinculação ao instrumento convocatório é legal a possibilidade de modificação até mesmo unilateral das cláusulas contratuais, conforme infere-se do artigo 58, inciso I da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que atribui a Administração Pública o dever-poder de inovar as condições originalmente pactuadas, visando promover a realização de interesses de valor superior, buscando obter o bem comum, desde que ocorram modificações das circunstâncias de fato ou de direito, subsequentes à contratação, que motivem a necessidade ou a conveniência de realizar a alteração do contrato.

Nesse sentido, destacamos os ensinamentos do ilustre doutrinador Marçal Justen Filho:

*"A Administração dispõe de um poder jurídico, que lhe é outorgado não no interesse próprio – mas para melhor realizar um interesse indisponível. Verificados os pressupostos normativos, a Administração tem o dever de intervir no contrato e introduzir as modificações necessárias e adequadas à consecução dos interesses fundamentais."*¹

A este fator extraordinário dá-se o nome de Teoria da Lesão, que pode modificar a base jurídica do contrato, afastando a máxima *pacta sunt servanda*, para que dê lugar ao princípio da *rebus sic stantibus*.

O Código Civil Brasileiro veio contemplar o brocardo *rebus sic stantibus* em uma norma geral com a edição do artigo 317, que enseja a revisão contratual com base nesse instituto, ao passo que o artigo 478 autoriza a resolução de contratos, quando a onerosidade é tamanha que impossibilite o reequilíbrio entre as prestações das partes.

Deve-se observar ainda alguns critérios relevantes sobre a resolução dos contratos por onerosidade excessiva, tais são: (1) quais seriam os critérios e parâmetros para se estabelecer se uma obrigação se tornou "excessivamente onerosa", nos termos do artigo 478 do Código Civil; (2) qual a relevância de benefícios indiretos auferidos pelas partes, na análise do desequilíbrio contratual; e (3) quanto tempo de execução do contrato seria necessário transcorrer para que o julgador esteja autorizado a resolver o contrato com fundamento no artigo 478 do Código Civil.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**, 12. ed., São Paulo: Dialética, 2008. p. 678

Nos termos do artigo 478 do Código Civil, não há como auferir como que uma obrigação se tornou "excessivamente onerosa", isso porque o critério para se determinar onerosidade excessiva é relativo, e não absoluto.

Isto implica que a onerosidade excessiva deve ser aferida pelo julgador, conforme os aspectos específicos do caso concreto. Devendo observar quais eram as obrigações inicialmente contraídas pelas partes e os objetivos comuns que elas almejavam, considerando-se, ainda, as condições econômicas e as premissas contratuais.

Segundo o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça e professor Ruy Rosado de Aguiar Junior, a questão da onerosidade excessiva envolve todas as dificuldades comuns ao tema da modificação das circunstâncias e de seus efeitos sobre o contrato. Alguns vêem com a aplicação do princípio da pressuposição, fundado na representação intelectual da parte a respeito do futuro, motivo determinante da sua vontade; outros a consideram caso de aplicação do instituto da superveniência.

"Enquanto aqueles focam o centro da atenção no momento da celebração, estes o deslocam para a fase funcional, para o tempo da execução das prestações. O fundamento da resolução ora é posto na concepção modificativa do contrato respectivo, passível de resolução por ocorrência de fatos externos a ele e unicamente por vontade de lei, de acordo com o princípio da solidariedade entre as partes, ora é concebido como um vício funcional da causa, fato da fenomenologia da causa, de caráter nitidamente econômico. Na verdade, a onerosidade excessiva justifica a resolução porque destrói a equivalência das prestações, não permitindo a uma das partes (ou as duas) a realização do fim legitimamente esperado".

A resolução ou revisão do valor adjudicado, pela ocorrência de fato superveniente, imprevisível e extraordinário afeta seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo a causar graves danos a uma parte e gerar vantagens à outra parte.

Sendo assim, ao analisar nossa proposta comercial para o certame licitatório deve-se atentar ao seu objeto e a vontade declarada pelas partes, inclusive para se concluir sobre os direitos, benefícios e vantagens dos contratantes.

Portanto para finalizar o artigo 478 do Código Civil de 2002 deve ser interpretado de modo amplo a fim de propiciar aos contratantes não só a resolução da avença, mas também para permitir ao juiz, acaso entenda justo e em conformidade com os princípios da equidade e da boa-fé objetiva, a integração do contrato, seja para reduzir prestação excessivamente onerosa, seja para reaver o contrato, sempre atendendo às necessidades de ambas as partes.

Assim, está claramente demonstrado que realmente ocorreu uma alta no preço do produto adjudicado, reflexo da instabilidade econômica que ocorreu no transcurso da vigência do Contrato Administrativo de Fornecimento, sendo devidamente cabível o restabelecimento da Equação Econômico-Financeira, pois em nenhum momento caracterizou-se a modalidade de atuação culposa.

Conforme entendimento da boa doutrina, em ocasiões semelhantes as condutas administrativas devem estar em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, atuando de forma racional e afeiçãoada ao senso comum das pessoas, a fim

de evitarmos atos desarrazoados, incoerentes ou praticados com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência e sensatez.

Devemos ter como regra que a relação contratual se desenvolverá boa para todas as partes envolvidas, entretanto, elementos externos e geralmente posteriores à contratação podem influenciar no negócio jurídico estabelecido, culminando na necessidade de revisar ou alterar as disposições contratuais.

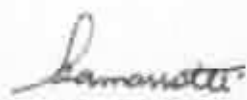
Atentar-se-á, também para a Teoria da Imprevisão que regula os contratos administrativos, onde entende-se que a administração pública não pode estar alheia a fatores externos que possam influenciar nas relações contratuais.

Diante de todo o acima exposto, é a presente para **Requerer** à Vossa Senhoria que seja recebido o presente pedido para no Mérito **DEFERIR o Realinhamento do Preço do produto "Item 0040 - (Princ.Ativo) CLORPROMAZINA 25MG, CLORIDRATO / LONGACTIL 25MG CX C/20BLT X 10CPR – reajustando para R\$ 0,2200 à unidade,** com fulcro no artigo 65, II, alínea "d" e § 5º e 6º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, **Recompondo o Equilíbrio Econômico-Financeiro**, caso assim, não entenda Vossa Senhoria, pleiteamos o deferimento do **Cancelamento do quantitativo adjudicado e já empenhado**, com intuito de evitarmos futuros transtornos, uma vez que, essa Empresa não terá condições de cumprir com a entrega nos moldes anteriormente acordados, tendo em vista a ocorrência de onerosidade excessiva em seu preço, por ser medida de Direito e da mais sagrada, sublime e honrada Justiça!

Requer ainda, que por tratar-se de incidente alheio e independente totalmente de sua vontade, que acolhido o pleito, seja a Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda eximida de quaisquer cominações que a mesma puder advir.

Nestes Termos, com a notoriedade dos fatos e inclusos documentos,
Pede e Espera Deferimento.

JAGUARIUNA, 14 de Agosto de 2018


Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Francieli Ramessotti
RG 23.016.082-7 sup/SP
Departamento Jurídico

Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

CRISTALIA PROD. QUIM. FARMACEUTICOS LTDA
 ROD ITAPIRA LINDOIA S/N, KM 14 - FAZ E CRISTALIA
 13974-900 ITAPIRA - SP
 FONE: (19) 3843-9500

DANFE
 DOCUMENTO AUXILIAR
 DA NOTA FISCAL
 ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
 1 - SAÍDA

1

001.960.509
 SÉRIE 10
 FOLHA 1/2



ESTABELECIMENTO

3518 0344 7346 7100 0151 5501 0001 9805 0912 5986 0733

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal

ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE UENF

135180207606698 27/03/2018 18:13:37

VENDA DE PRODUTO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

374.007.758.117

INSCRIÇÃO ESTADUAL DE SUBST. TRIBUT

CNPJ

44.734.671/0001-51

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

ENDEREÇO

PC EMILIO MARCONATO, 1000 - GP G22

MUNICÍPIO

JAGUARIUNA

BAIRRO/DISTRITO

JAGUARIUNA PARK INDUSTRIAL

CEP

13820-000

UF

SP

FONE/FAX

(15) 193522-3800

INSCRIÇÃO ESTADUAL

395.060.142.110

HORA DA SAÍDA

FATURA - DUPLICATA

1960509/01	15/05/2018	14.084,84	1960509/03	26/06/2018	14.084,84	1960509/05	02/08/2018	14.084,84
1960509/02	05/06/2018	14.084,84	1960509/04	17/07/2018	14.084,84			

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE CÁLC ICMS	VALOR ICMS	BASE CÁLC ICMS ST	VALOR ICMS ST	TOTAL DOS PRODUTOS
70.424,20	12.614,85	0,00	0,00	70.424,20

VALOR FRETE	VALOR SEGURO	VALOR DESCONTO	OUTRAS DESP.	VALOR IPI	VALOR APROX. TRIB.	TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.953,00	70.424,20

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL

MORAES FRANCO SATA LTDA

ENDEREÇO

RUA DA PENHA 587

QUANTIDADE

111

ESPECIE

CAIXA(S)

MARCA

FRETE POR CONTA

0-EMITENTE

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍC.

UF

SP

CNPJ / CPF

86.976.487/0002-49

INSCRIÇÃO ESTADUAL

374.126.507.116

PESO BRUTO

335,755

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	CÓDIGO DE BARRAS	NOME	CT	CFOF	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS	ALIQ. ICMS	V. APROX. TRIBUTOS
41.1079	NEOCAINA 0,75% S/V Sol. Inj. - 10est. X 1fa. X 20mL Lote=16107714 Val=31/10/2019 Qtd=30 PMC=0,00 Trib aprox R\$: 847,35 Federal e 756,00 Estadual Fonte: IBPT/empresometro.co A5Q7R1	7896676400601	30049061	000	5101	CS	30	210,00	6.300,00	6.300,00	1.134,00	18	1.007,35
41.3080	NEOCAINA 0,5% ISGBARICA Sol. Inj. - 40 est. X 1amp. X 4mL Lote=17096404 Val=30/09/2020 Qtd=6 PMC=0,00 Trib aprox R\$: 222,09 Federal e 198,14 Estadual Fonte: IBPT/empresometro.co A5Q7R1	7896676405262	30049061	000	5101	CA	6	275,20	1.651,20	1.651,20	297,21	18	420,23
40.0523	MINEROLEO 100% Liq. Oral - 1 fl. X 100 mL Lote=18020453 Val=29/02/2020 Qtd=850 PMC=0,00 Lote=18020453 Val=29/02/2020 Qtd=150 PMC=0,00 Trib aprox R\$: 269,00 Federal e 240,00 Estadual Fonte: IBPT/empresometro.co A5Q7R1	7896676405279	30049009	000	5101	LIN	1.000	2,00	2.000,00	2.000,00	360,00	18	509,00
49.2068	NAUSEDRON 2mg/mL Sol. Inj. - 10amp. X 4mL Lote=17118928 Val=30/11/2020 Qtd=144 PMC=0,00 Trib aprox R\$: 174,31 Federal Fonte: IBPT/empresometro.co A5Q7R1	7896676426243	30049069	000	5101	CX	144	9,00	1.296,00	1.296,00	233,28	18	174,31
49.3067	NAUSEDRON 2mg/mL Sol. Inj. - 25amp.												

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Prod. 37865985 - Rep. 29613 - Prod. Lista Negativa: 3.025,00 Prod. Lista Positiva: 67.399,20 -
 ***** AF do cliente n.º 63873 ***** - "CREDITO PRESUMIDO - LEI NR. 10147/00" -
 Resp.: Keli Cristina de Carvalho - CRF 13109-MG - "DIFERENÇA DA
 SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA CONF. PROCESSO DE CADASTRAMENTO UA 18897/2016,
 CONF. PORTARIA CAT 116/2017" - Trib aprox R\$: 9.472,03 Federal e 1.480,94 Estadual Fonte:
 IBPT/empresometro.co.br A5Q7R1. - INSTR. DEPOS.: Banco Itaú S/A (341)-AG: 000011-C/C
 000010069-0 COD. IDENT.: NIL CNPJ (SEM PONTUAÇÃO) OU INSTR. DEPOS.: Banco do
 Brasil S/A (001)-AG: 005115-2 C/C 000002014-1 COD. IDENT.: 011804-4

RESERVAÇÃO AG FISCAL

DANTE Vitor Outeiro | www.dantevitor.com.br

Gerado em 10/08/2018 às 17:37 pelo DANFE View | www.dantevitor.com.br

RECEBEMOS DE CRISTALIA PROD. QUIM. FARMACEUTICOS LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA AG
 LADO. INSCRIÇÃO: 374.126.507.116 VALOR TOTAL: 70.424,20 DESTINATÁRIO: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - PC EMILIO MARCONATO, JAGUARIUNA
 PARK INDUSTRIAL, 13820-000 JAGUARIUNA-SP

DATA (X) ESCRITAMENTO IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NT-e
 001.960.509
 SÉRIE 10

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

**CRISTALIA PROD. QUIM.
FARMACEUTICOS LTDA**ROD ITAPIRA LINDOIA S/N, KM 14 - FAZ E CRISTALIA
13974-900 ITAPIRA - SP
FONE: (19) 3843-9500**DANFE**
DOCUMENTO AUXILIAR
DA NOTA FISCAL
ELETRÔNICA0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

001.960.509
SÉRIE 10
FOLHA 2/2

CHAVE DE ACESSO

3518 0344 7346 7100 0151 5501 0001 9605 0912 5986 0733

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz AutorizadoraNATUREZA DA OPERAÇÃO
VENDA DE PRODUTO

PRÉFICULADA DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135180207606698 27/03/2018 18:13:37

INSCRIÇÃO ESTADUAL

374.007.758.117

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ

44.734.671/0001-51

BASTA DUA PRODUTOS / SERVIÇOS

CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	CODIGO DE BARRAS	NOME	CE	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	R.CALC. ICMS	VALOR ICMS	ALIQ ICMS	V.APROX. TRIBUTOS
	X 3ml. Lote=17119221 Val=30/11/2019 Qtd=48 PMC=0,00 Trib aprox R\$: 129,12 Federal Fonte: IBPT/empresometro.co.A5G7R1	7896676431322	30049069	000	5101	CX	48	20,00	960,00	960,00	172,80	18	129,12
49.3872	MYTEDOM 10 mg/mL Sol. Inj. -25amn. X 1mL Lote=18010653 Val=31/01/2020 Qtd=24 PMC=0,00 Trib aprox R\$: 314,73 Federal e 163,80 Estadual Fonte: IBPT/empresometro.co. A5G7R1	7896676431315	30049039	000	5101	cx	24	97,50	2.340,00	2.340,00	421,30	18	478,53
50.1134	LONGACTIL 5mg/mL Sol. Inj. - 10amp. X 5mL Lote=16107580 Val=31/10/2019 Qtd=48 PMC=0,00 Trib aprox R\$: 71,02 Federal Fonte: IBPT/empresometro.co.A5G7R1	7896676426168	30049079	000	5101	CX	48	11,00	528,00	528,00	95,04	18	71,02
50.2065	LONGACTIL 40 mg/mL Sol. Oral - 10 fr X 20 mL Lote=18030325 Val=31/03/2020 Qtd=6 PMC=0,00 Lote=18030325 Val=31/03/2020 Qtd=48 PMC=0,00 Trib aprox R\$: 290,52 Federal Fonte: IBPT/empresometro.co.A5G7R1		30049079	000	5101	cx	24	40,00	2.160,00	2.160,00	388,80	18	290,52
50.4064	LONGACTIL 25mg Com. Rev. 20bLX10 Lote=17129849 Val=31/12/2020 Qtd=15 PMC=0,00 Lote=17129849 Val=31/12/2020 Qtd=1.680 PMC=0,00 Lote=17129849 Val=31/12/2020 Qtd=168 PMC=0,00 Trib aprox R\$: 7.016,06 Federal Fonte: IBPT/empresometro.co.A5G7R1	7896676403404	30049079	000	5101	cx	1.863	28,00	52.164,00	52.164,00	9.389,52	18	7.016,06
52.4139	MUPIROCINA 20mg/g Pom. Derm. 1bia. X 15g (COM VENDA) Lote=17096696 Val=31/03/2019 Qtd=100 PMC=33,23 Trib aprox R\$: 137,86 Federal e 123,00 Estadual Fonte: IBPT/empresometro.co. A5G7R1	7896676422238	30042099	000	5101	CX	100	10,25	1.025,00	1.025,00	123,00	12	260,86

CONTINUAÇÃO - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

mailDest=nfe.compras@rioclaresac.com.br - mailTransp=operacional@rioclaresac.com.br
N.PEDIDO: 37865985

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR
DA NOTA FISCAL
ELETRÔNICA

**CRISTALIA PROD. QUIM.
FARMACEUTICOS LTDA**
ROD ITAPIRA LINDOIA S/N, KM 14 - FAZ E CRISTALIA
13974-900 ITAPIRA - SP
FONE: (19) 3843-9500

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

002.074.650
SÉRIE 10
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO:
3518 0744 7346 7100 0151 5501 0002 0746 5010 5051 5970

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE PRODUÇÃO

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

135180507327775 30/07/2018 12:40:17

INSCRIÇÃO ESTADUAL

374.007.758.117

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

2287707350058

CNPJ

44.734.671/0001-51

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

CNPJ / CFP

67.729.178/0002-20

DATA DA EMISSÃO

30/07/2018

ENDEREÇO

R PAULO COSTA, 320 - GALPAO 9 10 E 11

BAIRRO / DISTRITO

DIST IND JD PIEMONT SUL

CEP

32669-712

DATA DA SAÍDA

MUNICÍPIO

BETIM

UF

MG

FONE / FAX

(15) 313439-4300

INSCRIÇÃO ESTADUAL

062.996.580/0021

HORA DA SAÍDA

FATURA / DUPLICATA

2074650/01	17/09/2018	1.299,34	2074650/03	29/10/2018	748,80	2074650/05	05/12/2018	748,80
2074650/02	08/10/2018	748,80	2074650/04	19/11/2018	748,80			

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE CÁLC ICMS	VALOR ICMS	BASE CÁLC ICMS ST	VALOR ICMS ST	TOTAL DOS PRODUTOS
3.744,00	449,28	5.554,60	550,54	4.018,03
VALOR FRETE	VALOR SEGURO	VALOR DESCONTO	MULTAS DESS	VALOR IPT
0,00	0,00	274,03	0,00	0,00
TRANSPORTADOR / VOLUME TRANSPORTADOS				TOTAL DA NOTA
				4.294,54

TRANSPORTADOR / VOLUME TRANSPORTADOS

TRANSPORTADORA BARBARENSE LTDA

FRETE POR CONTA
0-EMITENTE

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEIC

UF

CNPJ / CFP
57.189.367/0001-12

ENDEREÇO

RUA MARIO ERBOLATO 684

MUNICÍPIO

CAMPINAS

UF

SP

INSCRIÇÃO ESTADUAL
244.295.071.113

QUANTIDADE

4

ESPECIE

CAIXA(S)

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

8,640

PESO LÍQUIDO

8,160

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	CÓDIGO DE BARRAS	NUMERO	CST	CFOP	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B-CALC ICMS	VALOR ICMS	ALIQ. ICMS
504064	LONGACTIL 35mg Com. Rev. 20bLX10 Lot=18050350 Val=31/05/2021 Qtd=96 PMC=44,0300000000 Valor do desconto: R\$ 274,03.	7896676403404	30049079	010	6401	CA	96	41,8544791667	4.018,03	3.744,00	449,28	12

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Pod: 39267105-50 - Rep: 29615 - Prod. Lista Positiva: 4.294,54 - Repasse de ICMS = 274,03 -
Contar na NFe e da AP do cliente: 68067 - "CREDITO PRESUMIDO - LEI NR. 10147/00" -
Rep: ANDREA CRISTINA DE OLIVEIRA - CPF 14753-MG - ICMS Retido na fonte por Subst.
Tributaria com base: 5.554,60 e valor: 550,54 - INSTR. DEPOS.: Banco Itaú S/A (341)-AG:
000011 - C/C 000010069-0 COD. IDENT.: NR. CNPJ (SEM PONTUACAO) OU INSTR.
DEPOS.: Banco do Brasil S/A (001)-AG: 005115-2 C/C 000002014-1 COD. IDENT.: 041215-5
N. PEDIDO: 39267105-50

RESERVADO AO FISCO

DANFE Tipo Geral | www.danfeonline.com.br

Gerado em 30/07/2018 às 17:52 pelo DANFE Versão | www.danfeonline.com.br

RECEBIMOS DE CRISTALIA PROD. QUIM. FARMACEUTICOS LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ACIMA. EMISSÃO: 30/07/2018 VALOR TOTAL: 4.294,54 DESTINATÁRIO: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - R PAULO COSTA, DIST IND JD PIEMONT SUL, 32669-712-BETIM-MG

DATA DO RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
002.074.650
SÉRIE 10



182
p

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de procuração a Outorgante confere poderes a Outorgada na forma a seguir:

OUTORGANTE: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, com matriz sediada à Avenida 62-A, nº 419 – Jardim América, na cidade de Rio Claro – S.P, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0001 – 49, com Inscrição Estadual nº 587.101.582.112; e filiais: a) inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0002-20, com Inscrição Estadual nº 062.996.580.0021, estabelecida à Rua Paulo Costa nº 140, Distrito Industrial – Jardim Piemount Sul, na cidade de Betim – MG; e b) inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0004-91, com Inscrição Estadual nº 062.996.580.01-02, estabelecida na Praça Emílio Marconatto, nº 1000 – Galpão 22 e 27 – Park Industrial, na cidade e comarca de Jaguariúna – SP, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. **WALTER PROCHNOW JÚNIOR**, brasileiro, casado, empresário, portador da R.G nº 22.636.117-2 SSP/S.P e do CPF nº 139.498.468-59, residente e domiciliado à Rua 09, 1.101, Casa 18, Condomínio Villagio Urca – Cidade Jardim, nesta cidade e comarca de Rio Claro – S.P.*

OUTORGADO: FRANCELI BORBOLAN RODRIGUES RAMASSOTTI, brasileira, casada, Auxiliar Administrativo, portadora da Carteira de Identidade nº 23.016.082-7 SSP/SP e do CPF nº 139.445.498-80, residente e domiciliado à Avenida 02 MP, nº 477 – Parque Mãe Preta, na cidade e comarca de Rio Claro – São Paulo.*

FILIFE INFORSATO DOMINGOS, brasileiro, solteiro, Auxiliar Administrativo, portador da Carteira de Identidade nº 32.891.597-x SSP/SP e do CPF nº 386.566.118-10, residente e domiciliado à Rua 9-A, nº 972 – Vila Nova, na cidade e comarca de Rio Claro – São Paulo.*

CAIO MOITA ROATT, brasileiro, solteiro, Auxiliar Administrativo, portador da Carteira de Identidade nº 42.134.957-8 SSP/SP e do CPF nº 410.637.788-83, residente e domiciliado à Rua 6JA, nº 538 – Jardim América, na cidade e comarca de Rio Claro – São Paulo.*

ISABELA TAVARES DOS SANTOS, brasileira, solteira, Auxiliar Administrativo, portadora da Carteira de Identidade nº 55.260.192-5 SSP/SP e do CPF nº 448.376.568-03, residente e domiciliada à Avenida 98, nº 298 – Jardim Boa Vista, na cidade e comarca de Rio Claro – São Paulo.*

PODERES: Para em foro geral, confere amplos e gerais poderes, com a cláusula "ad judicium et extra" em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, segundo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, renunciar direito a que se funda a ação, desistir, assinar tudo quanto se tornar necessário, praticar e opinar sobre todos os atos do processo, transigindo em Juízo ou fora dele, fazer acordos, firmar compromissos judiciais ou extrajudiciais, receber e dar quitação, embargar concordatas, declarar e habilitar créditos, fazer impugnações e levantamentos dos respectivos valores em Juízo, assinar cessão de crédito, requerer falências, pedido de restituição de mercadoria, execuções e quaisquer medidas especiais, cautelares, insolvência civil, efetuar pagamentos de custas, inclusive extrajudiciais, prestar títulos, representá-lo(s) na conciliação nos termos do artigo 477 e seguintes do Código de Processo Civil, como também, no artigo 228 do mesmo código, agindo em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom, firme e valioso. *

Rio Claro – S.P, 03 de Maio de 2018

Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.
Walter Prochnow Junior

Sócio-Proprietário

Walter Prochnow Junior

Sócio - Proprietário

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

Avenida 62A, 419 – Jardim América – Fone (19) 3529-8000 – (19) 3507-8001/8002 – comercial@rioclarense.com.br

CEP: 13508-001 – Rio Claro – SP – CNPJ nº 67.729.178/0001-49 – INSC. EST. Nº 587.101.582.112

Praça Emílio Marconatto, 1000 – Galpão 22 e 27, Park Industrial – vendas@rioclarense.com.br

CEP: 13820-000 – Jaguariúna – SP – Fone (19) 3522-5500 – CNPJ nº 67.729.178/0002-20 e INSC. EST. Nº 062.996.580.0021

Rua Paulo Costa, 140 – Dist. Industrial – Jd. Piemount Sul – Fone (31) 9439-4508 – Fax: (31) 3439-4328/4333 – rioclarense@rioclarense.com.br

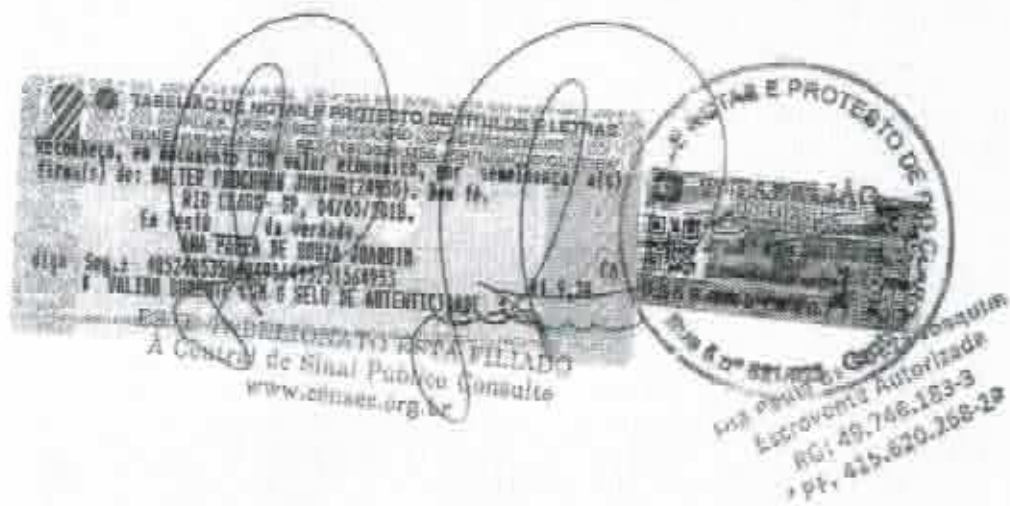
CEP: 31260-712 – Betim – MG – CNPJ nº 67.729.178/0004-91 – INSC. EST. Nº 062.996.580.01-02

RECONHECIMENTO NO VERSO

SAC
SP: (11) 3522-5004
MG: (31) 3439-4330



1826
6



1827
6

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA
DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O **Bel. Válter Azevedo da Miranda Cavalcanti**, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimento e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada **Código de Autenticação Digital** ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes¹.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **RIOCLARENSE MATRIZ** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **RIOCLARENSE MATRIZ** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **04/05/2018 17:04:43 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **RIOCLARENSE MATRIZ** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://audigital.azevedobastos.not.br> e informe o **Código de Consulta desta Declaração**.

Código de Consulta desta Declaração: 976103

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **04/05/2019 16:15:46 (hora local)**.

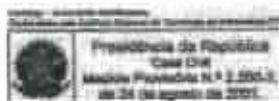
¹**Código de Autenticação Digital:** 21950405181610140070-1 a 21950405181610140070-2

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/84, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d65fe8bc056d2ab467cb6702cf2edf55c5d0b3a139fbb7a920e5a208f186871e51ce19816af0c5ffec29a0eb234459190c
a51c16dd0dde27a0c1baa7b43a1272a711ebdf24



MEMORANDO

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro - Pregão Presencial - SRP - nº 02/2018 - Ata nº 14/2018

Interessado: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**, detentora da Ata de Registro de Preços nº 14/2018 (fls. 1.751/1.759), para eventual deferimento de Reequilíbrio Econômico Financeiro sobre os itens 21 - (Princ. Ativo) **CARBAMAZEPINA 200MG / CARBAMAZEPINA 200MG CX C/50BLT X 10CPR GEN** (fls. 1.807/1.815) e 40 - (Princ. Ativo) **CLORPROMAZINA 25MG, CLORIDRATO / LONGACTIL 25MG CX C/20BLT X 10CPR** (fls. 1.816/1.824).

Solicita também, alternativamente, o cancelamento do item no caso de indeferimento do pedido inicial.

Diante do exposto, após a elaboração de prévio Parecer, a solicitação será encaminhada do Diretor Executivo para decisão final.

Presidente Prudente, 04 de setembro de 2018.

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 07/09/2018

Setor Jurídico: Rangel Strasser Filho



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE "REALINHAMENTO" DO PREÇO DO ITEM 21 - CARBAMAZEPINA 200MG / CARBAMAZEPINA 200MG CX C/50BLT X 10CPR GEN.

RELATÓRIO

1. Foi solicitado o "realinhamento" do preço do item 21 - CARBAMAZEPINA 200MG / CARBAMAZEPINA 200MG CX C/50BLT X 10CPR GEN, cuja licitante vencedora foi a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, sob a justificativa de aumento do dólar, bem como o desprestigiado cenário econômico que atualmente tem passado/vivido o Brasil.

2. A solicitante realizou o pedido de revisão do preço do item 21 - CARBAMAZEPINA 200MG / CARBAMAZEPINA 200MG CX C/50BLT X 10CPR GEN às fls. 1.807 a 1.812, e juntou documentos em fls. 1.813 a 1.815 (notas fiscais). Alternativamente, no caso de indeferimento do pedido de revisão, que então seja acolhido o pedido de cancelamento do item 21 aqui referenciado.

3. Os documentos ora analisados são: solicitação de revisão ou cancelamento do item 21 (CARBAMAZEPINA 200MG), recebido/protocolado em 04/09/2018; documentos fls. 1.813/1.815 (notas fiscais);

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao requerimento de revisão ou cancelamento no fornecimento dos item 21 - CARBAMAZEPINA 200MG / CARBAMAZEPINA 200MG CX C/50BLT X 10CPR GEN, licitado no PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018 SRP MEDICAMENTOS RENAME - PROCESSO Nº 10/2018 pactuados com a empresa requerente, COMERCIAL CIRÚRGICA



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

1830
R

RIOCLARENSE LTDA, versando, em síntese, "aumento do dólar, bem como o desprestigiado cenário econômico que atualmente tem passado/vivido o Brasil".

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade da revisão ou cancelamento pleiteados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a Impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA participante do Procedimento Licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018 SRP MEDICAMENTOS RENAME – PROCESSO Nº 10/2018, sagrou-se vencedora de vários itens, incluindo o item 21 – CARBAMAZEPINA 200MG / CARBAMAZEPINA 200MG CX C/50BLT X 10CPR GEN, objeto de seu requerimento.

8. Invoca aumento do dólar que afeta o custo de sua produção, uma vez que o princípio ativo do produto é importado, tornando inexecutável o seu cumprimento do já mencionado item que se logrou vencedora, tornando-a, assim, merecedora de haver deferido o pedido para manter o equilíbrio econômico-financeiro contratual. A fundamentação do petente foi com base na Lei de Licitações.

9. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 1.813/1.815 (notas fiscais).

10. Pois bem.

11. O cerne do pleiteado pela empresa requerente cinge-se em verificar a existência de fato superveniente, imprevisível e fortuito que



justifique o acolhimento da desistência perseguida. Alega ser um risco extraordinário a variação cambial do dólar que aumentou o preço da venda atual em relação ao preço registrado no processo licitatório, sendo este motivo suficiente para o reequilíbrio econômico-financeiro.

12. Nesse sentido, o §6º do artigo 43 da Lei nº 8.666/1993, dispõe ser inaceitável a desistência de proposta após a fase de habilitação, "salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão".

13. Tem se por motivo justo o que propicia uma situação de injustiça e de desequilíbrio na contratação e, por fato superveniente, o que ocorreu depois da fase de habilitação ou da formulação da proposta.

14. Sendo público e notório que o pregão se caracteriza pela inversão das fases, com a fase de habilitação após a de julgamento das propostas, o descrito na lei de Licitações incentivaria a participação irresponsável na fase de lances, podendo o licitante manifestar sua desistência depois de conhecer os preços dos demais concorrentes, o que é inadmissível. Certamente, essa não era a intenção do legislador.

15. Doutro norte, a Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, não cogita qualquer hipótese de desistência de propostas, inferindo-se da norma a intenção de impor aos licitantes o dever de honrar a proposta formulada, rejeitando-se qualquer atuação destituída de comprometimento com a confiança que o Estado depositou no particular. Ademais, a rapidez no certame, que propicia o encerramento da disputa em breve espaço de tempo, também é pouco compatível com a desistência imotivada.

16. Por analogia, vislumbramos a solução contemplada no artigo 21, §4º, do Decreto nº 5.450/2005, que disciplina o pregão eletrônico. Ao analisar o referido artigo, leciona Marçal Justen Filho que: "Ali está previsto que o sujeito pode retirar (ou substituir) a sua proposta até a abertura da sessão de pregão. Ou seja, iniciadas as atividades licitatórias, em sentido próprio, não cabe a desistência (in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14ª Ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 610).

17. No caso em comento, não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta da empresa COMERCIAL



1872

CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA inexecuível, como também não enxerga um real motivo para acelar o argumento de que o alegado "aumento de preço extraordinário e imprevisível", pois juntou apenas notas fiscais. Sobre notas fiscais pontuo, resumidamente: Notas Fiscais, tão somente, não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, até porque percebesse, pela prática, que é comum empresas juntarem comprovantes fiscais um com data da época da contratação com a Administração Pública e mensagem do fornecedor comunicando do aumento do preço. Porém é preciso muito mais do que uma simples alteração nos preços de seus fornecedores para justificar o reequilíbrio econômico financeiro de um contrato, a legislação exige, na verdade, a ocorrência de pelo menos uma dessas 4 hipóteses: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, c) fato previsível, mas de consequências incalculáveis. AS NOTAS FISCAIS PROVAM AS CONSEQUÊNCIAS, mas não às causas. Em nenhuma das hipóteses acima, a apresentação de notas fiscais é suficiente para justificar a revisão de preços. Elas até podem provar as consequências, mas não as causas. Por isso, a parte interessada deve sempre instruir seu pedido com algum documento que reflita algumas das situações que foram expostas nas alíneas acima, porém, no presente caso, não o fez.

18. Com efeito, não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, recusar-se a entregar os itens registrados em ata, principalmente por haver no mercado consumidor outros fabricantes do epígrafado medicamento.

19. Tanto é que a jurisprudência aponta como ordinária a variação cambial:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - INÉRCIA NÃO VERIFICADA - CONTRATO ADMINISTRATIVO - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - VARIAÇÃO CAMBIAL DO DÓLAR AMERICANO - RISCO DO NEGÓCIO (ÁREA ORDINÁRIA) - INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA IMPREVISÃO.

1. O instituto da prescrição está intimamente relacionado à inércia do titular do direito violado. Excetuadas as hipóteses de vício formal do ato e desídia da parte (Incisos II e III do artigo 267 do CPC), a



1873

citação constitui causa de interrupção da prescrição, mesmo nas hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito. Precedentes do C. STJ.

2. De acordo com a teoria da imprevisão, diante de situações de anormalidade, autoriza-se a revisão da avença, a fim de que seja restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro originalmente contratado.

3. Considerando o disposto no art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, bem assim o entendimento doutrinário dominante, a revisão do contrato em nosso ordenamento jurídico, com espeque na teoria da imprevisão, demanda o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: ocorrência de fatos imprevisíveis (ou, até mesmo, razoavelmente imprevisíveis) ou anormais; inimizabilidade do evento às partes; onerosidade excessiva a um dos contratantes.

4. In casu, seja quantitativamente (prejuízo absoluto da recorrente), seja sob o aspecto da previsibilidade, a flutuação da moeda americana entre a data de apresentação da proposta e o termo limite de fornecimento das mercadorias importadas não configurou evento extraordinário e imprevisível. Pelo contrário, a variação cambial, tal como verificada no período, constituía risco ordinário do negócio.

5. Em se tratando de contratos administrativos, os quais via de regra são precedidos de processo licitatório, a descon sideração da álea ordinária na composição dos preços pode ser extremamente prejudicial à competição, podendo, inclusive, redundar na seleção de propostas inexecutáveis.

6. Apelação a que se nega provimento.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

(Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL : AC 32183 SP 0032183-04.2001.4.03.6100) (Grifo nosso)

20. Portanto, levando-se em consideração que um dos objetivos do procedimento licitatório é o de selecionar a melhor proposta, espera-



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

se que ela seja feita com a acuidade e seriedade necessária pelo interessado em contratar com a Administração Pública.

21. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"XII - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

12.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência;

12.1.2 A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 12.3 e 12.4, nas hipóteses de mora, inexecução do contrato.

12.2 Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.3 Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.3.1 A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 12.1.

12.4 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 12.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.5 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

12.5.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

12.6 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

12.7 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio de cópia da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, comprovante de recebimento pela empresa e Ata de Registro de Preço devidamente assinada e publicada.

22. Na hipótese do não inadimplemento das propostas exaradas pela empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

23. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed, Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

24. Portanto, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega dos itens registrados em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega dos itens em que a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

25. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I - Pelo mantimento do valor registrado e solicitação dos itens em que a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Presidente Prudente/SP, 26 de setembro de 2018.

Dr. RANGEL STRASSER FILHO

Diretor Jurídico - OAB/SP 309.164

18378
af

MEMORANDO

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos**Para:** Diretor Executivo**Assunto:** Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro c.c. Solicitação de cancelamento –Pregão Presencial – SRP – nº 02/2018 – Ata nº 14/2018.**Interessado:** Comercial Cirúrgica Riociarense Ltda.

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 1.829/1.837, que opinou pelo indeferimento do pedido de realinhamento c.c. cancelamento do Item 21 (Carmazepina 200mg), em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente justificável.

Presidente Prudente, 27 de setembro de 2018

**MARCEL DOS SANTOS CARDOSO**

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro c.c. Solicitação de cancelamento –Pregão Presencial – SRP – nº 02/2018 – Ata nº 14/2018.

Interessado: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

1837
af

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico Financeiro c.c. Solicitação de cancelamento –Pregão Presencial – SRP – nº 02/2018 – Ata nº 14/2018.
Interessado: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

Trata-se de pedido de cancelamento do item 21 (Carmazepina 200mg), registrado na Ata de Registro de Preços nº 14/2018, alegando alta no preço do Dolar para a compra do produto.

O Setor Jurídico às fls. 1.829/1.837 opinou pelo indeferimento do realinhamento, bem como do cancelamento, fundamentando não haver fato superveniente justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico às fls. 1.829/1.837, **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação de realinhamento ou cancelamento do item 21 (Carmazepina 200mg), realizada pela empresa **COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA., CNPJ nº 67.729.178/0001-62**, sem aplicação das sanções administrativas previstas.

Encaminhe-se para publicidade aos interessados.

Presidente Prudente, 28 de setembro 2018


CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo-CIOP

